

HABEAS CORPUS Nº 570.536 - CE (2020/0079599-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JUDICAEL DE ALMEIDA NASCIMENTO
ADVOGADO : JUDICAEL DE ALMEIDA NASCIMENTO - CE033146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : CARLOS DANIEL OLIVEIRA VARELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS DANIEL OLIVEIRA VARELO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Extraí-se da inicial que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 04/01/2019 pela suposta prática dos delitos previstos no art. 250, §1º, inciso II, alínea b, c/c art. 71, art. 180, art. 329, §2º, e art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal, além dos arts. 14 e 15, do Estatuto do Desarmamento e do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo sido sua prisão convertida em preventiva.

O impetrante requer, em pedido liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva por falta de fundamentação idônea e pela situação de risco decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19) ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão contidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Relator do *habeas corpus* no Tribunal de origem indeferiu a liminar pleiteada.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente